

RONALDO DOS SANTOS CORREA

**DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA SOB A ÓTICA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR
ADICIONADO**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Contabilidade e Finanças.

Prof^a Orientadora: **Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo**

CURITIBA

2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente a minha esposa Priscilla e a minha filha Michelly que souberam compreender os finais de semana em que estive ausente. Aos meus pais Geraldo e Lindaura pelo apoio incondicional aos meus estudos.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	IV
LISTA DE TABELAS	V
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 PROBLEMA	2
1.2 OBJETIVOS	2
1.2.1 Objetivo Geral	2
1.2.2 Objetivos Específicos	3
1.3 JUSTIFICATIVA	3
1.4 ESTRUTURA DE PESQUISA	5
1.4.1 Embasamento Teórico	5
1.4.1.1 Teoria Base	5
1.4.1.2 Revisão Temática	6
1.4.2 Metodologia	8
1.4.2.1 Técnicas de Pesquisa	8
2 GERAÇÃO, MENSURAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	9
2.1 CONCEITOS	9
2.2 FORMAS DE MENSURAÇÃO DA RENDA AGREGADA	11
2.2.1 Renda Agregada na ótica da Contabilidade Social	12
2.2.2 Renda agregada na ótica Macroeconômica	16
3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	18
4 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	26
4.1 AMOSTRA SELECIONADA	26
4.2 EMPRESAS SELECIONADAS	27
4.2.1 Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS	27
4.2.2 Furnas Centrais Elétricas S.A. – FURNAS	30
4.2.3 Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	32
4.2.4 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	36
4.2.5 Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE	38
4.2.6 Companhia Paranaense de Energia – COPEL	41
4.3 UMA BREVE ANÁLISE CONJUNTA	43
5 CONCLUSÃO	46
BIBLIOGRAFIA	47

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 4.0 – EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS	30
GRÁFICO 4.1 – FURNAS: PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS.	33
GRÁFICO 4.2 – CEMIG: PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS ...	35
GRÁFICO 4.3 – CHESF: PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS ...	38
GRÁFICO 4.4 – ELETRONORTE: PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES	40
GRÁFICO 4.5 – COPEL: PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS	43
GRÁFICO 4.6 – ACUMULADO DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 3.0 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – CASO GERAL	20
TABELA 3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS	21
TABELA 3.2 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – SEGURADORAS	23
TABELA 4.0 – DVA DA PETROBRAS – 2004 A 2009	28
TABELA 4.1 – DVA FURNAS – 2004 A 2009	31
TABELA 4.2 – DVA CEMIG – 2004 A 2009	34
TABELA 4.3 – DVA CHESF – 2004 A 2009	37
TABELA 4.4 – DVA ELETRONORTE – 2004 A 2009	39
TABELA 4.5 – DVA COPEL – 2004 A 2009	42
TABELA 4.6 – DVA's: DADOS AGREGADOS	44

1 INTRODUÇÃO

A preocupação crescente da sociedade quanto à Sustentabilidade remete o estudo a encarar um problema crônico da economia brasileira, o problema da Distribuição de Renda. Algumas questões são difíceis de serem respondidas, como: de que forma continuar a criação de empregos e geração de renda com atitudes sustentáveis que não comprometam a qualidade de vida das gerações futuras?

É através desta discussão que as organizações empresariais se inserem buscando adequar suas formas de gestão e exteriorizar suas ações para a sociedade. O mecanismo através do qual se comunicam é o Balanço Social que tem por objetivo demonstrar as ações e programas das empresas visando cumprir com seu papel social. Dentro do Balanço Social existe a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), um relatório que vislumbra o valor agregado pela atividade empresarial e como se dá sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a criá-la.

A DVA aparece como ferramenta de mensuração da distribuição da riqueza em nível microeconômico, pois com ele pode-se analisar o comportamento da evolução da riqueza e a apropriação desta por parte dos agentes econômicos. Em um cenário econômico em que os indicadores de desenvolvimento apresentam sensíveis melhoras, a preocupação com a distribuição de renda toma corpo e acaba por exigir, dos profissionais que a têm como objeto de estudo, uma forma de mensuração da distribuição de renda e a DVA surge como potencial relatório que cobrirá esta necessidade.

Desta forma, o presente trabalho procurará evidenciar a aplicabilidade da DVA, demonstrar seus conceitos, sua metodologia de mensuração de distribuição de renda, bem como analisar o comportamento dos indicadores da DVA para um grupo de seis empresas do setor energético. Tudo isso visando torná-lo um relatório mais divulgado potencializando sua capacidade enquanto mecanismo de quantificação/acompanhamento de distribuição de renda.

1.1 PROBLEMA

A problemática relacionada ao tema surgiu da identificação da necessidade de se evidenciar aos agentes econômicos e a toda sociedade, da quantificação e da distribuição da riqueza gerada nas empresas. Tendo em vista este desafio se questiona se este processo pode ser demonstrado através da abordagem da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Pode-se resumir o problema levantado com a seguinte pergunta:

Como foi distribuída a riqueza gerada pelas 6 maiores empresas do setor energético do Brasil?

1.2 OBJETIVOS

Neste tópico são demonstrados os objetivos do trabalho divididos em objetivo geral e objetivos específicos. O objetivo geral tem por objeto vislumbrar a meta central do trabalho sendo que os objetivos específicos têm por função, através da explicação de problemas pontuais, auxiliar o entendimento do objetivo geral.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho é de quantificar a distribuição da riqueza gerada pelas 6 primeiras empresas do setor de energia. As empresas anteriormente referidas são as seis primeiras do setor de energia listadas pela Revista Exame, em seu trabalho das Maiores & Melhores no quesito salário e encargos. Tal objetivo terá como base a Demonstração do Valor Adicionado e sua ótica de mensuração da distribuição da Riqueza

1.2.2 Objetivos Específicos

- 1) Demonstrar as formas de cálculo da Riqueza agregada sob a ótica das Ciências Econômicas.
- 2) Apresentar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), como contribuição das Ciências Contábeis à criação de instrumentos de mensuração da distribuição da Riqueza.
- 3) Explanar os conceitos abordados através do exemplo da DVA das empresas relacionadas no portal da Revista Exame como as maiores do setor energético quanto ao quesito salários e encargos (de 2004 a 2009), em ordem:
 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
 - FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - FURNAS
 - CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CEMIG
 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF
 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE
 - COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. - COPEL

1.3 JUSTIFICATIVA

A distribuição de Renda é um problema crônico na Economia Brasileira e a preocupação com tal tema é crescente. Sabe-se que a Distribuição de Renda é uma das vertentes que ajudam a identificar o estágio de Desenvolvimento de um Estado, região ou País. É no problema de mensuração e distribuição de renda que está calcado o presente trabalho, mas especificadamente no que tange a geração e distribuição de Renda por parte das organizações empresariais.

Existem estudos que procuram evidenciar a importância da Demonstração do Valor Adicionado perante aos agentes econômicos que ajudam a criar tal valor, bem como informar as contribuições da empresa para com a sociedade através do Balanço Social, no qual o DVA se insere. Tal tema ainda aparece de forma tímida aos agentes econômicos, em parte pela não obrigatoriedade da apresentação deste relatório por parte das empresas e em parte pela não relevância dada aos usuários

das informações contábeis. Mas o que se pode adiantar é que uma boa leitura da DVA juntamente com uma adequada inserção ao contexto socioeconômico nacional pode relevar fatos importantíssimos sobre a participação dos agentes relacionados a esta empresa frente a realidade do país.

Espera-se que o desenvolver deste estudo possa contribuir para responder questionamentos relacionados a distribuição de Renda, no que tange a aspectos microeconômicos, ou seja, na atuação de agentes econômicos individuais “firmas” na política de distribuição de renda gerada por elas. Também há de se esperar que os aspectos quanto ao uso de tal demonstração se tornem mais salientes e passíveis de interpretação por mais usuários da informação contábil e da própria sociedade de forma geral.

O tema possui intrinsecamente um componente de “relevância social” que seria a possibilidade de se tomar ações corretivas visando a adequação dos futuros dados da DVA ao contexto setorial ou até mesmo nacional, ou seja, equalizar os dados referentes a distribuição de renda seguindo as empresas líderes do mercado ou aos indicadores governamentais.

O assunto abordado poderá trazer à tona a democratização da informação de distribuição de renda das organizações através do conhecimento da leitura e interpretação da DVA. Também poderá expandir a análise para a comparação dos indicadores da DVA com os indicadores governamentais de distribuição de renda. Poderá propor um uso mais eficiente e sistêmico da utilização de tal demonstração no que tange a políticas de distribuição de renda por parte das organizações empresariais. As informações poderão ser utilizadas pelos sindicatos como uma forma mais refinada e realista para propor manutenção e melhorias para os trabalhadores.

1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

1.4.1 Embasamento Teórico

1.4.1.1 Teoria Base

A Teoria que irá balizar o presente estudo é o do desenvolvimento da Demonstração do valor Adicionado (DVA) enquanto relatório que tem por objetivo exteriorizar a quantificação do valor adicionado e como este valor é repartido entre os diferentes agentes econômicos. Segundo Luca (1998, p. 28): “A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.”

A importância da DVA é compartilhada por outros autores como pode ser verificado abaixo:

A DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Não deve ser confundida com a demonstração do resultado do exercício, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto a DVA está dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo. (IUDÍCIBUS *et al*, 2007, p. 09)

[...] A DVA permite, além da identificação da riqueza gerada exclusivamente pela empresa, a identificação daquela riqueza recebida em transferência, apresentando, ainda, um mapeamento de como estas riquezas são distribuídas aos seus diversos beneficiários: empregados, governo, financiadores externos e sócios ou acionistas. (CUNHA *et al*, 2005, p. 09)

A atenção dada a DVA está aumentando, o fenômeno da preocupação da inserção social e da distribuição de renda alertou os governantes brasileiros para identificar como as empresas estão tratando os valores gerados por elas, como tais valores impactam na vida dos trabalhadores e a quantificação que é repassada pelas entidades aos diferentes fatores de produção. Tal preocupação pode ser evidenciada pelo projeto de Lei que propõe a obrigatoriedade deste relatório nas Demonstrações Contábeis das Sociedades por Ações.

“[...] projeto de reformulação da Lei n 6.404/76 a obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado...”. (IUDÍCIBUS *et al*, 2007, p. 09)

A importância da Demonstração do Valor Adicionado enquanto demonstração obrigatória das organizações pode ser exemplificada por Tinoco (2001, p. 65):

A elaboração e a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas empresas em muito enriqueceria a informação contábil e social, sendo de importância vital para todos que se dedicam à atividade de analisar demonstrações contábeis/financeiras das organizações.

Como pode-se notar pelas citações acima, a DVA possui um vasto campo para análise do valor agregado por parte das organizações, cabe identificar como ele pode ser inserido na leitura da conjuntura e suas potencialidades enquanto ferramenta para subsidiar políticas de distribuição de renda.

Desta forma, a apresentação do relatório em questão poderá facilitar a leitura da geração e evolução da remuneração dos fatores de produção, servindo a todos os envolvidos com a empresa, os chamados *stakeholders*.

1.4.1.2 Revisão Temática

Existem vários estudos empíricos sobre a Demonstração do Valor Adicionado e são nestes estudos que se pode identificar a importância deste relatório para complementar a leitura das Demonstrações Contábeis. Para nortear o presente trabalho se elegeu dois artigos, a saber:

- A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza.

- Eficácia Informativa do Valor Adicionado.

O primeiro texto foi publicado na Revista de Contabilidade e Finanças – USP em 2005 e tem por autoria:

- Jacqueline Veneroso Alves da Cunha;
- Maisa de Souza Ribeiro;
- Ariovaldo dos Santos.

Tal trabalho demonstrou como o DVA complementa indicadores de riqueza já existentes sem se rivalizar com eles e através de um estudo empírico de análise das

DVA's de 416 empresas retiradas do cadastro junto a FIPECAFI mostrar o potencial de aferição do relatório.

O objetivo deste estudo foi a avaliação do poder de aferição da DVA, no que concerne a informações sobre a formação de riqueza pelas empresas e sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a criá-la, como proprietários, sócios e acionistas, governo, financiadores externos e empregados. (CUNHA *et al*, 2005, p. 08)

A conclusão de tal trabalho foi de que a DVA é um relatório que traz informações muito úteis aos usuários da contabilidade e que o mesmo é um excelente mecanismo de avaliação da distribuição da riqueza.

"[...] os indicadores retirados dessa demonstração se constituem num excelente avaliador da distribuição da riqueza [...]". (CUNHA *et al*, 2005, p. 22)

Este primeiro texto teve sua metodologia utilizada de forma análoga para a confecção da presente monografia e serviu de base para se comparar as DVA's do setor energético que serão objeto de estudo da monografia.

O segundo texto de autoria do Prof. José Paulo Consenza também foi publicado na Revista de Contabilidade e Finanças da USP em 2003. Tal texto procurou contextualizar o papel da DVA num ambiente em que novos usuários das Demonstrações Contábeis passaram a demandar tal demonstração, conforme evidenciado a seguir.

A Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante deste novo grupo de relatórios desenvolvidos pela contabilidade para assistir melhor essas necessidades emergentes, visando, principalmente, a evidenciar o papel social das empresas, apresentando claramente a riqueza gerada, para que toda a sociedade conheça sua função positiva na criação de valor para a comunidade. (CONSENZA, 2003, p. 7)

O trabalho de CONSENZA demonstrou as metodologias de mensuração do Valor Adicionado colocando tal relatório em status de necessário para garantir informações as partes relacionadas com a empresa, e de fundamental importância em um cenário em que informação é essencial para se garantir um bom retorno sobre o capital.

"[...] a principal conclusão deste trabalho é que esta demonstração contábil, se utilizada, pode vir a converter-se em uma fonte de informação importante e

complementar para o processo de análise econômico-financeira.”(CONSENZA, 2003, p. 26)

O trabalho desenvolvido por Consenza (2003) auxiliará a monografia na definição e equalização dos conceitos relacionados a geração e distribuição de renda, quando abordados sob a ótica das Ciências Econômicas e das Ciências Contábeis.

1.4.2 Metodologia

A metodologia utilizada no trabalho será de natureza observacional que se entende como sendo de natureza empírica, seria a observação dos aspectos importantes do objeto de estudo. Tal metodologia será colocada em prática através da revisão bibliográfica.

Também se utilizará a análise documental de empresa através de uma abordagem Empírico-analítica em que se utilizam a coleta e análise de dados quantitativos para se explicar o fenômeno observado.

1.4.2.1 Técnicas de Pesquisa

O trabalho terá como escopo a discussão dos conceitos relativos a distribuição de renda em caráter de revisão bibliográfica. Após, sedimentado e equalizado os conceitos, serão demonstrados sob a ótica das ciências econômicas alguns mecanismos de mensuração da distribuição da riqueza e sua comparação com o ferramental oriundo das Ciências Contábeis denominado de Demonstração do Valor Adicionado. Procurar-se-á demonstrar as semelhanças e diferenças entre estas formas de mensuração e como elas se complementam.

Após a aplicabilidade da revisão bibliográfica, se utilizará dados das empresas do setor energético, tendo em vista demonstrar na prática os conceitos abordados fazendo uma análise dos últimos seis anos do comportamento da distribuição da riqueza por parte daquelas organizações.

Optou-se por analisar as seis primeiras empresas do ramo de energia listadas no Portal da Revista Exame como as maiores e melhores no quesito

salários e encargos, estas empresas além de pertencerem ao mesmo ramo são controladas pelo poder público o que nos trará certa peculiaridade no presente estudo frente a outros trabalhos já realizados sobre o tema.

2 GERAÇÃO, MENSURAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Para começar a identificar os mecanismos de mensuração e de distribuição de renda, existe a necessidade de se definir os conceitos de geração, mensuração e distribuição. Pode-se adiantar que existem diferentes formas de quantificação da renda, com óticas de análise diferentes o que pode vir a gerar dados conflitantes, além do mais, a finalidade e a própria metodologia de cálculo influenciam de forma relevante nos resultados deste agregado.

Visando sanar a dificuldade apresentada no parágrafo anterior, a presente seção terá um papel de nivelador dos conceitos na ótica das Ciências Econômicas e suas diferentes formas de cálculo da Renda.

2.1 CONCEITOS

A definição dos conceitos que são objeto de estudo, passa pela própria definição das Ciências Econômicas que segundo Vasconcellos e Garcia (2006, p. 2):

[...] é ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem (escolhem) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

Ora, reside-se na definição da economia o emprego de fatores de produção sejam eles trabalhadores, capital, tecnologia, terra (em sentido de territórios para a produção de alimentos/produtos), etc. Então nascem os conceitos de geração de produto/renda, uma vez que, a sociedade como um todo de forma racional emprega fatores produtivos com intuito de produzir bens e serviços que sejam necessários a sua existência. E não apenas isto, pois a sociedade emprega tais recursos buscando sempre os investimentos mais produtivos, ou seja, aqueles em que se agregam mais valor, pois com isto podem usufruir de uma melhor qualidade de vida.

A Economia também pode ser definida da seguinte forma: “Economia é o estudo da forma pela qual a sociedade administra seus recursos escassos.” (MANKIWI, 2001, p. 4)

O autor acima compartilha a idéia de uma economia que tem por objeto de estudo a geração, mensuração e distribuição de renda – pois administrar recursos escassos é encontrar formas de aplicação de tais recursos de maneira que produza o máximo possível possibilitando a conquista de certo nível de qualidade de vida por parte da sociedade.

A Economia tem por objetivo analisar como são formados os preços e quantidades dos bens e serviços produzidos, e dos fatores de produção envolvidos. Sendo seu objeto de estudo a formação de preços, tem papel importante na definição da geração e distribuição da renda. (LOPES *et al.* 2008)

A partir do entendimento do papel das Ciências Econômicas, pode-se definir geração de renda como a alocação de fatores produtivos escassos visando a produção de bens e serviços necessários a coletividade.

A mensuração de renda são as diferentes formas pelas quais o produto/renda pode ser medido, como a quantificação pela ótica macroeconômica, pela ótica da Contabilidade Social e através da Demonstração do Valor Adicionado que será abordado em maiores detalhes na seção 3.

Já a distribuição de renda é a forma que se dá a repartição do produto entre os agentes econômicos / fatores de produção. Como existem diferentes formas de se medir a renda gerada, a distribuição de renda deve ser analisada considerando estas diferentes formas de mensuração.

2.2 FORMAS DE MENSURAÇÃO DA RENDA AGREGADA

Neste tópico, tendo como escopo as Ciências Econômicas, serão abordadas duas formas de quantificação da Renda, a ótica da Contabilidade Social e a ótica da Macroeconomia.

Para iniciar a análise, há necessidade de demonstrar a identidade macroeconômica básica em que:

PRODUTO AGREGADO \equiv DEMANDA AGREGADA \equiv RENDA AGREGADA

Esta identidade procura evidenciar que o cálculo em termos agregados é o mesmo quando se considera o Produto, Demanda ou Renda. Então existe o cálculo do Produto pela ótica do Produto, cálculo do Produto pela ótica da Demanda e o cálculo do Produto pela ótica da Renda.

Paulani e Braga (2006, p. 16) define a identidade macroeconômica como:

A identidade produto \equiv dispêndio \equiv renda significa que, se quisermos avaliar o produto de uma economia num determinado período, podemos somar o valor de todos os **bens finais** produzidos (**ótica do dispêndio**) ou, alternativamente, somar os **valores adicionados** em cada unidade produtiva (**ótica do produto**) ou, ainda, somar as **remunerações** pagas a todos os **fatores de produção** (**ótica da renda**).

Existe mais um conceito que ainda não foi abordado no presente estudo e que é comum a todas as formas de quantificação da Renda, este conceito é o do Valor Adicionado. “Produto Agregado é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos na economia durante determinado período de tempo.”(LOPES *et al.* 2008, p. 26)

Reside no termo “bens e serviços finais” o conceito de valor adicionado, pois quando se considera a mensuração final está se descontando os valores dos bens e serviços intermediários utilizados na produção destes produtos finais. Sendo assim, não se conta duas vezes o produto de fornecedores intermediários.

Lopes *et al* (2008, p. 27) ainda define o conceito de valor adicionado como: “[...] valor adicionado, definido como valor que foi, em cada etapa produtiva, acrescido ou adicionado ao valor dos bens intermediários.”

Com a adição destes dois conceitos pode-se passar ao próximo tópico onde serão demonstradas as variáveis envolvidas na quantificação da Renda.

2.2.1 Renda Agregada na ótica da Contabilidade Social

A Contabilidade Social é o ramo da Economia que procura retratar e quantificar os valores envolvidos na produção, dispêndio e acumulação de uma economia em determinado período de tempo, ou seja, a nível macroeconômico. Para tanto se utiliza de técnicas similares as técnicas utilizadas pelas Ciências Contábeis no registro dos fatos contábeis de empresas individuais.

A Contabilidade Social pode ser assim entendida:

...a contabilidade social congrega instrumentos de mensuração capazes de aferir o movimento da economia de um país num determinado período de tempo: quanto se produziu, quanto se consumiu, quanto se investiu, quanto se vendeu para o exterior, quanto se comprou do exterior. (PAULANI; BRAGA, 2006, p. 1)

[...] A parte relativa à medição desses agregados é denominada contabilidade social, que é o registro contábil da atividade produtiva de um país ao longo de um dado período de tempo (normalmente um ano). (VASCONCELLOS; GARCIA, 2006, p. 97)

Como a questão do presente trabalho é a abordagem da Distribuição da Renda, será mostrado como se obtém o agregado chamado de Renda Nacional, conceito similar ao existente nas Ciências Contábeis da soma dos valores da renda distribuída constante na Demonstração do Valor Adicionado. Seria como somar os valores das DVA's de todas as empresas atuantes na economia brasileira.

A Renda Nacional ou somente Renda, na Teoria Econômica, é um conceito agregado de dinheiro a disposição dos residentes em um país, após suas deduções pertinentes como será demonstrado abaixo. Tecnicamente é a Renda Nacional Líquida a custo de fatores (RNLcf) conforme explicado a seguir.

Para mensurar a RNLcf inicia-se pelo entendimento do Produto interno Bruto (PIB) que é a soma de bens e serviços finais produzidos por uma economia dentro de um espaço geográfico em determinado intervalo de tempo. (SOUZA, 2009).

O PIB como é divulgado pela imprensa em geral é calculado sob a forma de preços de mercado (pm), ou seja, é calculado pelo preço corrente na economia. Sua

expressão técnica PIBpm que significa o Produto Interno Bruto a Preços de Mercado.

$$\text{PIBpm} = \text{Produto Interno Bruto a Preços de Mercado}$$

O conceito de valor bruto está implícito que agrega o valor da depreciação dos fatores de produção da economia, portanto, a contrapartida do conceito bruto é o conceito líquido do cálculo do agregado, conforme abaixo:

$$\text{PILpm} = \text{PIBpm} - D$$

Em que:

PILpm = Produto Interno Líquido a Preços de Mercado

PIBpm = Produto Interno Bruto a Preços de Mercado

D= Depreciação

Quando se evidencia os valores a preços de mercado (pm) sua contrapartida são os valores a custo de fatores (cf), ou seja, o conceito aborda os valores que remuneram os fatores de produção (trabalho, capital, juros, aluguéis, etc). Então para se calcular o conceito de custo de fatores há necessidade de se retirar do agregado os impostos indiretos (repassa ao governo) e somam-se os subsídios (repassa do governo), conforme abaixo:

$$\text{PILcf} = \text{PILpm} - (\text{II} + \text{S})$$

Em que:

PILcf = Produto Interno Líquido a Custo de Fatores

PILpm = Produto Interno Líquido a Preços de Mercado

II = Impostos Indiretos¹

S = Subsídios

O último estágio do cálculo seria tornar o conceito de Interno (I) em Nacional (N) que traduz a relação de envio e recebimento de renda entre os países. Quando

¹ "Os impostos indiretos, em última instância, são pagos pelos consumidores, já que estão embutidos no preço dos bens. Assim, tais impostos fazem com que o preço de mercado de determinado bem seja maior do que seu custo de produção. (LOPES ; VASCONCELLOS, 2008, p. 31)

- existem capitais produtivos externos aplicados em um país estrangeiro é natural que certa parte dos retornos obtidos sejam repatriados para os países sedes das empresas. O mesmo acontece com fatores produtivos nacionais aplicados no exterior, espera-se que parte dos retornos obtidos volte para o país de origem. Esta relação de envio e recebimento de renda, que engloba as transferências unilaterais entre os países, quando inserido em nossas equações resultam no conceito de Produto Nacional, conforme demonstrado abaixo:

$$\text{PNLcf} = \text{PILcf} - \text{Ree} + \text{Rre}$$

Em que:

PNLcf = Produto Nacional Líquido a Custo de Fatores

PILcf = Produto Interno Líquido a Custo de Fatores

Ree = Renda Enviada ao Exterior

Rre = Renda Recebida do Exterior

Como demonstrado na seção 2.2 existe a identidade entre o Produto \equiv Renda, desta forma pode-se resumir os cálculos acima mencionados na equação abaixo representada:

$$\text{PNLcf} = \text{PIBpm} - \text{D} - (\text{II-S}) - (\text{Ree} - \text{Rre})$$

Sendo que,

$$\text{PNLcf} = \text{RNLcf}$$

Assim tem-se a ótica de mensuração da Renda por parte da Contabilidade Social, o conceito de RNLcf remete aos valores que estão a disposição das famílias para gastos na economia. Tal medição serve como subsídio à macroeconomia para se constatar a eficácia de Políticas Econômicas adotadas pelo governo.

O conceito do cálculo demonstrado acima é utilizado com auxílio de técnicas específicas para a determinação dos agregados macroeconômicos, dentre eles a Renda Nacional.

O cálculo foi aprimorado através de diferentes metodologias que foram avançando ao longo do tempo. A partir de 1998 passou-se a utilizar para o cálculo do PIB (calculado oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) dois ferramentais que se completam, o primeiro é a Tabela de Recursos e Usos (TRU) e a segunda são as Contas Econômicas Integradas (CEI).

A partir de 1998, mais uma vez seguindo orientação da Organização das Nações Unidas, a Fundação IBGE modificou a forma de apresentação do Sistema de Contas Nacionais do Brasil para adaptá-lo às recomendações do SNA 1993. O novo desenho do sistema foi elaborado sob a responsabilidade conjunta de cinco organizações: as Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão das Comunidades Europeias, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial. (PAULANI; BRAGA, 2006, p. 106)

A Tabela de Recursos e Usos (TRU) visa demonstrar como se originam os recursos e como estes recursos são utilizados pelos setores da economia. Já as Contas Econômicas Integradas (CEI) são originadas da TRU e são compostas de 3 contas em formato de partidas dobradas que evidenciam o somatório dos agregados econômicos.

A TRU apresenta a oferta total como somatório da produção e importações e simultaneamente como somatório do consumo intermediário e da demanda final. A TRU traz ainda a decomposição do valor adicionado nas categorias de renda e nos impostos e subsídios sobre a produção e os produtos. (PAULANI; BRAGA, 2006, p.121)

As Contas Econômicas Integradas (CEI) possuem três grupos de contas. O grupo A é à conta de bens e serviços, com informações contidas na TRU. O grupo B compõe-se de três contas: a conta produção, a conta renda e a conta acumulação. O grupo C refere-se à conta de operações correntes com o resto do mundo. (PAULANI; BRAGA, 2006)

Com este conjunto de técnicas a Contabilidade Social procura evidenciar a sociedade e aos formadores de política econômica os dados referentes aos agregados PIB, Renda, Valor Adicionado por setores, Contas externas, Acumulação, Geração e Alocação dos recursos da economia.

Portanto, com o desmembramento do PIB chega-se ao conceito de Renda Nacional Líquida a Custo de Fatores que é a remuneração dos fatores de produção: lucros, aluguéis, trabalho, capital, impostos governamentais. Este conceito será abordado na ótica das Ciências Contábeis na seção 3.

2.2.2 Renda agregada na ótica Macroeconômica.

A macroeconomia é o ramo das Ciências Econômicas que estuda os agregados econômicos citados no tópico anterior, este ramo não se preocupa com quantificação dos agregados e sim analisa seus comportamentos, causas e efeitos. A macroeconomia se utiliza de modelos econômicos, que são abstrações da realidade em formas de equações que tem por função prever o comportamento futuro dos agregados macroeconômicos.

A macroeconomia estuda a economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento de grandes agregados, tais como: renda e produto nacional, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balanço de pagamentos e taxas de câmbio. (VASCONCELLOS; GARCIA, 2006, p.86)

A Macroeconomia moderna começou a ser desenvolvida pelo economista inglês John Maynard Keynes, que durante a grande depressão de 1929 formulou os mecanismos sobre os quais as variáveis macroeconômicas se movimentam e quais suas relações. O trabalho de Keynes deu origem a equação básica Macroeconômica sobre a qual surgiram grande número de modelos econômicos. Tal equação pode ser expressa da seguinte forma:

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

Em que:

Y = Produto/Renda/Demanda – agregado (a)

C = Consumo das famílias

G = Gastos governamentais

X = Exportação

M = Importação

Esta equação visa demonstrar que em nível macroeconômico a Renda (Y) é determinada pela soma do Consumo das Famílias (C), Investimentos (I), Gastos do Governo (G) e pelo saldo da Balança Comercial (X-M). A equação é a base que serviu para desenvolver a metodologia de determinação da Renda nos modelos Keynesiano, IS-LM-BP e pela Síntese Neo-Clássica. Não é o objetivo do presente trabalho demonstrar o funcionamento destes modelos, mas sim evidenciar que

existem diferentes óticas de determinação da Renda e dos outros agregados por parte da Macroeconomia.

Cabe ressaltar que o estudo da mensuração e distribuição da Renda é complementado por dois indicadores importantíssimos que ajudam a entender o mecanismo de distribuição. O primeiro é o Índice de Gini e o segundo é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O Índice de Gini é um método para se aferir a concentração de renda de uma economia, o índice pode variar de 0 a 1, representando 0 uma economia igualitária com distribuição equitativa de renda e 1 uma economia com grande concentração de renda.

“O método mais conhecido para se avaliar o grau de concentração de renda de um determinado país é o índice de Gini.” (PAULANI; BRAGA, 2006, p. 259)

Já o IDH é uma medida de qualidade de vida, pois considera que pode haver crescimento econômico sem desenvolvimento econômico. É uma medida que engloba em sua metodologia três variáveis, a variável Renda, variável Longevidade e a variável Educação. O IDH considera que um aumento de renda tem de possibilitar o acesso a educação formando uma sociedade informada que através da acessibilidade dos serviços de saúde possa gozar de uma vida plena de qualidade os conduzindo a uma velhice saudável.

O IDH pode variar entre 0 e 1, considerando regiões desenvolvidas as que apresentam o indicador próximo de 1 e regiões com baixo desenvolvimento as que apresentam indicador próximo de 0.

[...] O IDH é um índice composto que indica a evolução média de uma sociedade em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: *vida longa e saudável*, medida pela expectativa de vida ao nascer; *conhecimento*, medido pela taxa de alfabetização de adultos (peso 2/3), e taxa de matrícula nos três níveis de ensino (peso 1/3); e por um *padrão de vida decente*, medido pelo PIB *per capita*, em dólares dos EUA, ponderado pela paridade do poder de compra da cada país. (SOUZA, 2009, p. 270)

Desta forma, vislumbrado as diferentes formas de determinação da Renda sugerida pelas Ciências Econômicas pode-se entender que a utilidade de cada metodologia se estende ao fim dado a análise. Como demonstrado, a Contabilidade Social se preocupa no cálculo do agregado enquanto a Macroeconomia, através de seus diferentes modelos econômicos, tenda explicar o comportamento das variáveis

econômicas dentre elas a Renda. Tudo isso com o auxílio de outras ferramentas como o Índice de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano.

3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um relatório contábil que tem por função evidenciar a montante da Riqueza gerada pela empresa e como se deu a distribuição desta riqueza entre todos os agentes que de alguma forma contribuíram para criá-la. Sendo a DVA uma informação contábil, tem sua origem de elaboração nas outras Demonstrações Contábeis e de modo mais específico na Demonstração de Resultados do Exercício.

A delimitação do conceito da DVA pode ser expressa de modo genérico da seguinte forma: “Valor Adicionado ou Valor Agregado representa a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo [...]” (NEVES; VICECONTI, 1999, p. 261)

“A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.” (RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.138/08)

A DVA não pode ser confundida com as demais demonstrações contábeis, uma vez que, sua informação tem caráter sócio-econômico e visa relatar a geração e apropriação de renda.

O conceito de Valor Adicionado origina-se na diferença entre o valor da produção e a dos bens e serviços utilizados no processo produtivo. Tem por escopo denotar a riqueza agregada pela empresa e demonstrar a parcela de contribuição daquela instituição frente ao Produto Interno Bruto.

A DVA pode ser utilizada para aferir o desempenho, eficiência e eficácia da empresa na utilização de recursos escassos para a geração de Renda. Pode servir como instrumento de avaliação por parte da sociedade, que na comparabilidade das externalidades da produção aliado a uma boa leitura da DVA, pode revelar o grau de Responsabilidade Social da empresa. Ainda pode servir como mecanismo de políticas de Distribuição de Renda, uma vez que em seu conteúdo consta o valor repartido aos agentes econômicos.

O conceito de Valor Adicionado já é explorado a bastante tempo pela Contabilidade Social segundo Tinoco (2001, p. 67):

A elaboração da Demonstração do Valor Adicionado Bruto (DVA), bem como os indicadores que obteremos dessa demonstração recém-chegados à Contabilidade Empresarial, vem, todavia, desde muito tempo sendo utilizados, pela Contabilidade Nacional, na aferição e na medição do Produto Interno Bruto das Nações.

A Demonstração do Valor Adicionado vem ganhando papel de destaque nos relatórios contábeis pelo fato de que a adequada leitura deste relatório revela como se processa a apropriação da Renda gerada pela Empresa.

Devido a esta importância existe a necessidade de se poder comparar as DVA's de diferentes organizações, foi visando sanar este problema que em 2008 foi aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (através da Res. 1138/08 CFC) a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado. Norma que trata da padronização e equalização dos conceitos envolvidos na Demonstração do Valor Adicionado.

Tal Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) colocou a disposição três diferentes modelos de elaboração da DVA. O primeiro a ser utilizado pelas empresas de modo geral, o segundo modelo para as Instituições Financeiras e o terceiro modelo para as Seguradoras.

Os três modelos de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado que são mostrados a seguir, foram extraídos da Res. 1138/08 do CFC:

TABELA 3.0 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – CASO GERAL

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		

8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 – Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

FONTE: Res. 1138/08 do CFC

TABELA 3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Intermediação financeira		
1.2) Prestação de serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		

5 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de capitais próprios		
9.4.1 – Juros sobre o capital próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

FONTE: Res. 1138/08 do CFC

TABELA 3.2 – Demonstração do Valor Adicionado – SEGURADORAS

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Receitas com operações de seguro		
1.2) Receitas com operações de previdência complementar		
1.3) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		
1.4) Outras		
1.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 – VARIÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS		
2.1) Operações de seguro		
2.2) Operações de previdência		
3 – RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL (1+2)		
4 – BENEFÍCIOS E SINISTROS		
4.1) Sinistros		
4.2) Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
4.3) Despesas com benefícios e resgates		
4.4) Variação da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados		
4.5) Outras		
5 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
5.1) Materiais, energia e outros		
5.2) Serviços de terceiros, comissões líquidas		
5.3) Variação das despesas de comercialização diferidas		
5.4) Perda / Recuperação de valores ativos		
6 – VALOR ADICIONADO BRUTO (3-4-5)		
7 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
8 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (6-7)		
9 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO/CEDIDO EM TRANSFERÊNCIA		
9.1) Receitas financeiras		

9.2) Resultado de equivalência patrimonial		
9.3) Resultado com operações de resseguros cedidos		
9.4) Resultado com operações de cosseguros cedidos		
9.5) Outras		
10 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (8+9)		
11 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
11.1) Pessoal		
11.1.1 – Remuneração direta		
11.1.2 – Benefícios		
11.1.3 – F.G.T.S		
11.2) Impostos, taxas e contribuições		
11.2.1 – Federais		
11.2.2 – Estaduais		
11.2.3 – Municipais		
11.3) Remuneração de capitais de terceiros		
11.3.1 – Juros		
11.3.2 – Aluguéis		
11.3.3 – Outras		
11.4) Remuneração de capitais próprios		
11.4.1 – Juros sobre o capital próprio		
11.4.2 – Dividendos		
11.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
11.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

FONTE: Res. 1138/08 do CFC

O modelo que será utilizado no presente trabalho é o da TABELA 3.0, pois as empresas que serão analisadas são do ramo de energia e, portanto, enquadram-se no modelo genérico.

A confecção da DVA inicia-se pela identificação na DRE do valor das vendas, identificar as receitas é o primeiro passo para iniciar o preenchimento da DVA. Após, são considerados os valores referentes a reversão da provisão de

devedores duvidosos. Deste total retiram-se os valores dos insumos adquiridos de terceiros em forma de Matérias-primas, Custo dos Produtos e dos Serviços vendidos, Materiais, energia, serviços de terceiros e as Perdas/Recuperação de valores ativos. Colocando todas estas grandezas nos cálculos, temos o primeiro conceito do Valor Agregado pela Empresa que neste caso é o Valor Adicionado Bruto. Após chegar neste conceito, retirando-se o indicador relacionado a Depreciação obtêm-se o Valor Adicionado Líquido que pode ser aumentado ou diminuído pelo Valor Adicionado recebido em transferência pelo método da equivalência patrimonial ou de outras receitas financeiras.

Após a inserção de todas estas contas na Demonstração do Valor Adicionado, chega-se ao conceito de Valor Adicionado a Distribuir. Este montante é o valor que será repartido entre os agentes econômicos que através da junção de seus esforços agregaram valor ao processo produtivo.

Na próxima seção serão abordadas as Demonstrações do Valor Adicionado de algumas empresas do setor Energético brasileiro. Recomenda-se aos leitores que o conhecimento da Res. 1138/08 do CFC irá contribuir para o entendimento acerca das delimitações das contas constantes na DVA.

4 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

No presente capítulo serão apresentadas algumas DVA's no setor energético brasileiro, bem como será procedido a análise do comportamento desta Demonstração no que concerne ao volume de riqueza gerada e como esta riqueza se dividiu entre os agentes econômicos que despenderam esforços para criá-la.

4.1 AMOSTRA SELECIONADA

Para proceder as análises, foram selecionadas as seis primeiras empresas listadas no Portal da Revista Exame como as Maiores & Melhores do Setor de Energia no quesito Salários e Encargos, sendo elas:

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS
- FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - FURNAS
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
- COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE
- COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL

Uma observação importante é de que a empresa listada no Portal da Revista Exame é a CEMIG Distribuição S.A. subsidiária da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, optou-se em analisar a *holding* pelo fato de conseguir a DVA com maior facilidade e por considerar que as políticas de salários e encargos são compartilhados entre todas as subsidiárias da CEMIG. O mesmo ocorrendo para a empresa COPEL em que a empresa listada foi a COPEL Distribuição S.A. subsidiária da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, optou-se em analisar a *holding* pelos mesmos motivos explicados anteriormente para empresa CEMIG.

Tendo em vista os grandes desafios que esperam o setor energético brasileiro, buscando possibilitar o crescimento / desenvolvimento econômico, através do fornecimento sustentável de energia, optando-se sempre que possível por formas de energia “limpa” que traga o menor impacto possível aos ecossistemas e a sociedade de um modo geral. Optou-se por selecionar as seis empresas do ramo de

energia citadas acima, que são todas de Capital Aberto e controladas pelo Poder Público, o que atribuirá certa particularidade e análise a ser efetuada, esperando-se encontrar certa padronização nas distribuições de Renda, principalmente no que concerne a parcela destinada ao Governo.

Buscou-se as empresas que despontam no quesito Salários & Encargos, pois considera-se que para cumprir com os desafios que o setor terá de enfrentar, políticas salariais eficientes e que valorizem o fator trabalho são de extrema importância e revelam o “capital humano” como principal insumo para a consecução dos objetivos das empresas.

Como horizonte de tempo, selecionou-se os anos de 2004 a 2009 de divulgação dos relatórios contábeis das empresas, afim de que, com este tempo possa-se definir uma tendência ou estacionariedade no comportamento das distribuições de Renda.

4.2 EMPRESAS SELECIONADAS

Conforme explicado na seção 1.2.1 as empresas selecionadas são as 6 primeiras do Setor de Energia listadas no Portal da Revista Exame como as Maiores & Melhores no quesito Salários & Encargos.

4.2.1 Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS

Empresa de sociedade anônima de capital aberto foi fundada em 1953 e tem como sócio majoritário o Governo Federal Brasileiro. É uma empresa estatal de economia mista, atua em 28 países, e é líder no setor petrolífero brasileiro, foi classificada em 2010 como a segunda maior companhia de energia do mundo (considerando seu valor de mercado).

Sua área de atuação concentra-se na indústria de óleo, gás e energia - exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, gás natural, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia.

A Demonstração do Valor Adicionado dos últimos 6 anos da PETROBRAS pode ser visualizado abaixo:

TABELA 4.0 – DVA DA PETROBRAS – 2004 A 2009

PETROLEO BRASILEIRO S.A										
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - CONSOLIDADO (EM MILHARES DE REAIS)										
	2004		2005		2006		2007		2008	2009
Receitas										
Vendas de produtos e serviços e resultados não-operacionais	150.821.726		179.680.812		206.298.241		220.153.532		316.100.356	291.384.710
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(183.247)		(269.324)		(13.045)		(104.156)		(167.026)	(70.091)
	<u>150.638.479</u>		<u>179.391.488</u>		<u>206.285.196</u>		<u>220.049.376</u>		<u>315.933.330</u>	<u>291.314.619</u>
Insumos adquiridos de terceiros										
Matérias-primas consumidas	(4.822.986)		(4.003.598)		(24.409.419)		(26.304.617)		(73.385.502)	(53.645.998)
Custo das mercadorias - revenda	(30.177.437)		(29.035.164)		(31.470.438)		(36.803.166)		(40.755.903)	(25.108.234)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(14.641.987)		(23.595.126)		(22.596.832)		(28.495.668)		(52.590.649)	(63.737.001)
	<u>(49.642.410)</u>		<u>(56.633.888)</u>		<u>(78.476.689)</u>		<u>(91.603.451)</u>		<u>(166.732.054)</u>	<u>(142.491.233)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>100.996.069</u>		<u>122.757.600</u>		<u>127.808.507</u>		<u>128.445.925</u>		<u>149.201.276</u>	<u>148.823.386</u>
Retenções										
Depreciação e amortização	(6.868.355)		(8.034.718)		(9.823.557)		(10.695.825)		(11.631.984)	(14.766.789)
Valor Adicionado Líquido produzido pela Companhia	<u>94.127.714</u>		<u>114.722.882</u>		<u>117.984.950</u>		<u>117.750.100</u>		<u>137.569.292</u>	<u>134.056.597</u>
Valor Adicionado recebido em transferência										
Resultado de participações em investimentos relevantes	(129.761)		(158.528)		(189.936)		(582.742)		(115.790)	(84.001)
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambial	1.044.794		238.999		2.388.152		2.506.543		3.494.430	3.505.187
Amortização de ágio e deságios	(14.900)		(91.595)		(43.279)		(97.913)		(758.428)	(396)
Aluguéis e royalties	376.680		598.002		554.750		562.307		1.293.912	1.213.722
	<u>1.276.813</u>		<u>586.878</u>		<u>2.709.687</u>		<u>2.368.195</u>		<u>3.914.124</u>	<u>4.634.512</u>
Valor Adicionado a Distribuir	<u>95.404.527</u>		<u>115.309.760</u>		<u>120.694.637</u>		<u>120.138.295</u>		<u>141.483.416</u>	<u>138.691.109</u>
Distribuição do valor adicionado										
Pessoal										
Salários, vantagens e encargos	4.655.154	5%	5.186.123	4%	5.952.525	5%	7.059.652	6%	10.539.554	7%
Participação dos administradores e empregados nos lucros	792.678	1%	1.033.608	1%	1.196.918	1%	1.011.914	1%	1.344.526	1%
Plano de aposentadoria e pensão	625.852	1%	1.737.771	2%	1.384.879	1%	2.872.894	2%	926.324	1%
Plano de saúde	1.442.303	2%	1.685.295	1%	1.860.478	2%	1.867.607	2%	1.716.426	1%
	<u>7.515.987</u>	<u>8%</u>	<u>9.642.797</u>	<u>8%</u>	<u>10.394.800</u>	<u>9%</u>	<u>12.812.067</u>	<u>11%</u>	<u>14.526.830</u>	<u>10%</u>
Tributos	<u>56.014.936</u>	<u>59%</u>	<u>63.809.074</u>	<u>55%</u>	<u>72.040.924</u>	<u>60%</u>	<u>70.604.774</u>	<u>59%</u>	<u>85.112.615</u>	<u>60%</u>
Instituições financeiras e fornecedores										
Juros, variações cambiais e monetárias	4.462.469	5%	4.915.429	4%	3.720.347	3%	6.438.549	5%	1.891.069	1%
Despesas de aluguéis e arfretamento	8.840.636	9%	12.194.816	11%	7.026.343	6%	7.028.290	6%	9.054.607	6%
	<u>13.303.105</u>	<u>14%</u>	<u>17.110.245</u>	<u>15%</u>	<u>10.746.690</u>	<u>9%</u>	<u>13.466.839</u>	<u>11%</u>	<u>10.945.676</u>	<u>8%</u>
Acionistas										
Juros sobre capital próprio e dividendos	5.044.909	5%	7.050.642	6%	7.896.669	7%	6.580.557	5%	9.914.706	7%
Participação de acionista não controladores	1.683.100	2%	1.022.923	1%	1.593.303	1%	1.742.826	1%	(2.089.497)	-1%
Lucros retidos	11.842.490	12%	16.674.079	14%	18.022.251	15%	14.931.232	12%	23.073.086	16%
	<u>18.570.499</u>	<u>19%</u>	<u>24.747.644</u>	<u>21%</u>	<u>27.512.223</u>	<u>23%</u>	<u>23.254.615</u>	<u>19%</u>	<u>30.898.295</u>	<u>22%</u>
Valor Adicionado Distribuído	<u>95.404.527</u>	<u>100%</u>	<u>115.309.760</u>	<u>100%</u>	<u>120.694.637</u>	<u>100%</u>	<u>120.138.295</u>	<u>100%</u>	<u>141.483.416</u>	<u>100%</u>

FONTE: Demonstrações Contábeis da PETROBRAS (com adaptações)

Elaboração Própria

A interpretação da Demonstração do Valor Adicionado revela uma série de informações de grande relevância no tocante a distribuição de Renda. Nota-se que em 2004 o montante do Valor Adicionado a Distribuir (VA) de R\$ 95,4 bilhões foram repartidos em 8% aos funcionários da empresa, 59% ao Governo, 14% para os financiadores externos à empresa e 7% aos acionistas e 12% em lucros retidos.

Para o ano de 2005 o VA ficou em R\$ 115,3 bilhões em que foram apropriados da seguinte forma: 8% aos funcionários, 55% ao Governo, 15% aos financiadores externos à empresa, 7% aos acionistas e 14% como lucros retidos. De um ano para outro nota-se que o aumento de 21% do Valor Adicionado a Distribuir (VA), e que os parte dos agentes econômicos que criaram este aumento mantiveram sua participação frente ao VA com exceção do Governo, que diminuiu sua participação de 59% para 55%, dos financiadores externos que aumentaram em 1 p.p. sua participação em 2005 e do parcela destinada a acumulação dos lucros que aumentou 2 p.p.

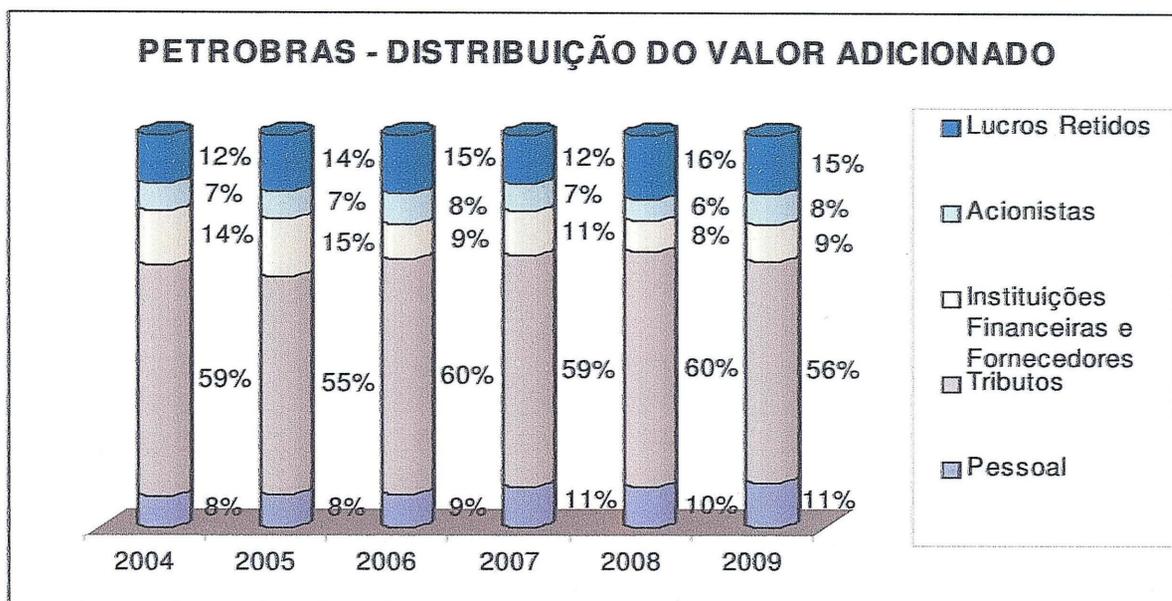
Na comparação entre os anos de 2006 e 2007, averigua-se que o Valor Adicionado à Distribuir sofreu pouca alteração, em parte, fruto ao aumento de 207% do saldo negativo de investimentos relevantes. No biênio os funcionários ficaram com 9% e 11% respectivamente, o Governo voltou a performance anterior abocanhando cerca de 60% do valor agregado, os agentes financiadores externos à empresa perderam campo ficando com cerca de 10%, os acionistas ficaram com com cerca de 7%, os lucros retidos tiveram uma pequena retração no período indo primeiramente para 15% e depois para a casa dos 12% do Valor Adicionado.

No ano de 2008 o valor adicionado teve uma boa expansão comparado a 2007 ficando na casa dos R\$ 141,5 bilhões, 18% acima do que o ano anterior. Em parte tal expansão é explicada pelo aumento em 44% nas vendas. Neste ano a divisão do Valor Adicionado ficou em 10% aos funcionários, 60% para o Governo, 8% para os financiadores externos à empresa, 6% aos acionistas e 16% a título de lucros retidos.

No ano de 2009 observa-se uma retração nas vendas comparadas a 2008, porém as parcelas distribuídas continuam praticamente as mesmas do ano anterior, somente merecendo atenção a parcela destinada ao governo que retraiu em 2009 quatro p.p. frente ao ano anterior.

O comportamento das participações dos agentes econômicos no Valor Adicionado a Distribuir da Petrobras, pode ser melhor visualizado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 4.0 – EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS



FONTE: Demonstrações Contábeis da PETROBRAS
Elaboração Própria

No gráfico acima pode-se notar com maior clareza que ao longo do período de 2004 a 2009, houve uma certa homogeneidade na distribuição da renda gerada pela PETROBRAS, ou seja, a repartição da renda permaneceu com a mesma estrutura. Existiram algumas mudanças momentâneas que não se podem atribuir uma tendência devido a volatilidade que aconteceram. O único quesito que apresentou modesto comportamento de alta no período foi o “Pessoal” em que apresentou uma pequena trajetória crescente.

4.2.2 Furnas Centrais Elétricas S.A. – FURNAS

Em 1957 através do Decreto Federal nº 41.066, foi criada a Usina Hidrelétrica de Furnas que tinha por desafio abastecer os três principais centros socioeconômicos da época – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – a Eletrobras Furnas nasceu com este objetivo começando a funcionar efetivamente

em 1963. Em 1971 a sede da empresa foi transferida para o Rio de Janeiro e a empresa começou a se denominar Furnas – Centrais Elétricas S. A.

É uma empresa da administração indireta do Governo Federal e controlada pela Eletrobras tendo por escopo a atuação na geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Faz isto a mais de 50 anos e mais de 40% da energia consumida no país passa pelo Sistema Eletrobras Furnas.

Atualmente a Eletrobras Furnas está presente no Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Paraná e Rondônia. Conta com doze usinas hidrelétricas, duas termelétricas, mais de 19 mil Km de linhas de transmissão e 49 subestações, sendo responsável por cerca de 10% da geração de energia elétrica no país.

A Demonstração do Valor Adicionado da empresa, dos anos 2004 a 2009, é mostrada abaixo:

TABELA 4.1 – DVA FURNAS – 2004 A 2009

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.						
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - CONSOLIDADO (EM MILHARES DE REAIS)						
	2004*	2005*	2006	2007	2008	2009
1. Geração do valor Adicionado						
Receita de Vendas de energia e serviços	4.702.364	5.232.920	5.738.057	5.563.093	6.313.891	6.688.044
Receitas não operacionais	682	2.162	3.365	5.037	6.252	-
	<u>4.703.046</u>	<u>5.235.082</u>	<u>5.741.422</u>	<u>5.568.130</u>	<u>6.320.143</u>	<u>6.688.044</u>
Impostos:						
Custo de energia comprada	(1.930.838)	(1.959.052)	(2.110.696)	(2.248.291)	(2.135.806)	(2.329.946)
Materiais	(39.484)	(44.304)	(46.996)	(47.282)	(53.204)	(53.634)
Serviços de terceiros	(304.544)	(325.800)	(389.046)	(434.655)	(484.602)	(489.845)
Outros custos operacionais	(402.152)	(586.490)	(671.527)	(833.038)	(994.064)	(962.270)
Outros custos não operacionais	(6.692)	(7.186)	(14.647)	(10.356)	-	-
			<u>(3.232.914)</u>	<u>(3.573.622)</u>	<u>(3.667.676)</u>	<u>(3.835.695)</u>
2. Valor Adicionado Bruto	<u>2.019.336</u>	<u>2.332.250</u>	<u>2.508.508</u>	<u>1.994.508</u>	<u>2.652.467</u>	<u>2.832.349</u>
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(578.182)	(587.175)
Quotas de reintegração	(495.236)	(506.658)	(516.979)	(531.703)	-	-
Constituição/Reversão de provisões	(12.382)	-	(234.804)	(445.509)	33.966	(194.701)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	<u>1.511.716</u>	<u>1.825.592</u>	<u>1.756.725</u>	<u>1.017.296</u>	<u>2.108.251</u>	<u>2.050.473</u>
Receitas financeiras (transferências)	429.966	525.442	354.415	1.325.263	490.700	181.005
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	54.375	26.249
4. Valor Adicionado a Distribuir	<u>1.941.682</u>	<u>2.351.034</u>	<u>2.111.140</u>	<u>2.342.559</u>	<u>2.653.327</u>	<u>2.259.727</u>
5. Distribuição do valor adicionado						
Remuneração do Trabalho	272.378	415.864	543.081	654.066	709.468	880.965
Governo (impostos e Contribuições)	524.670	762.462	660.048	742.439	680.242	264.718
Encargos financeiros e variação monetária	659.190	504.702	543.807	269.530	749.628	1.243.178
Remuneração aos acionistas	-	-	107.500	165.301	253.720	-
Lucros retidos	485.444	668.006	256.704	511.223	260.269	(129.154)
TOTAL	<u>1.941.682</u>	<u>2.351.034</u>	<u>2.111.140</u>	<u>2.342.559</u>	<u>2.653.327</u>	<u>2.259.727</u>
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

* Dados anualizados a partir da Demonstração semestral

FONTE: Demonstrações Contábeis - FURNAS (com adaptações)

Elaboração Própria.

Pode-se notar pela DVA mostrada na tabela acima que o comportamento das contas (de distribuição do Valor Adicionado) apresentaram uma séria de flutuações ao longo dos anos analisados. Destaque para a remuneração do fator trabalho, que aumentou significativamente saindo do patamar de 14% do valor adicionado em 2004 para 39% em 2009.

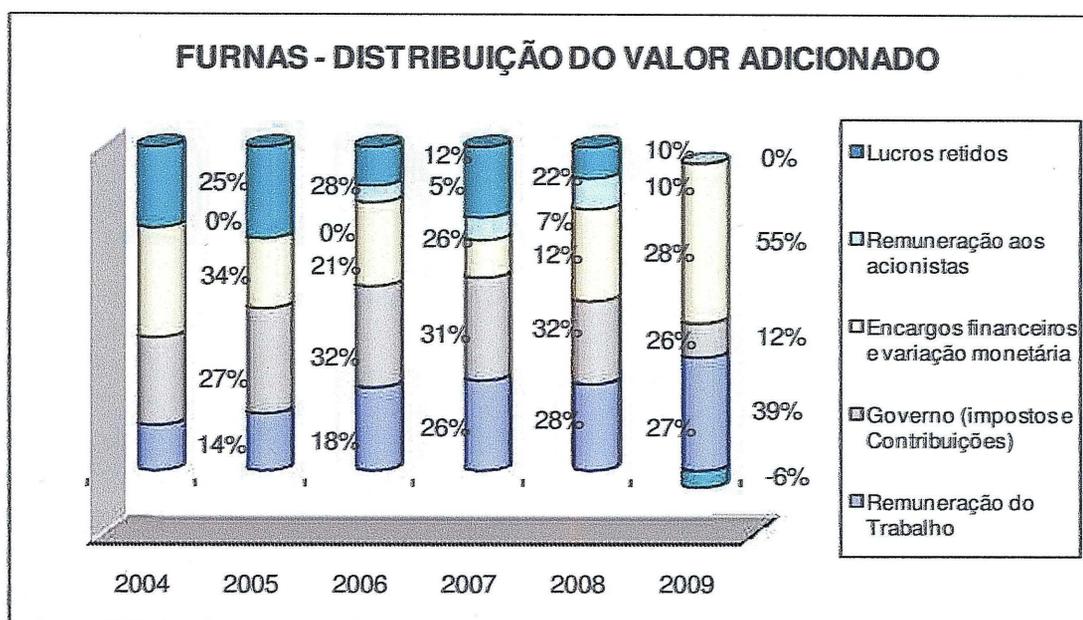
A conta que recebeu maior compensação pelo aumento dos gastos com pessoal foi a conta Governo que caiu mais de 50% de 2008 para 2009. Os Encargos financeiros, apesar das flutuações, tiveram um aumento de 66% no último ano o que refletiu em um prejuízo e em uma não remuneração dos acionistas. Os acionistas começaram a receber sua participação no ano de 2006 mais que dobrando sua parcela até 2008, porém, com os lucros consumidos no ano de 2009 para compensar os maus resultados, os acionistas não tiveram sua participação garantida.

O sistema Eletrobras Furnas veio ao longo dos anos analisados, tendo uma política de acúmulo de lucros em detrimento da remuneração dos acionistas, fato que permitiu no ano de 2009 cobrir os maus resultados com a queima dos lucros acumulados anteriormente não propagando os efeitos maléficos para a remuneração do fator trabalho.

Ao contrário da DVA da PETROBRAS, FURNAS não apresentou um comportamento crescente e sustentável da participação dos empregados, que apesar dos aumentos vultosos, cresceram em depreciação da participação de outros agentes que conviveram com a instabilidade e pouca credibilidade dos resultados apresentados. Como se trata de uma empresa estatal e comparando-a com as empresas congêneres pode-se acreditar que no futuro a participação dos trabalhadores seja em parte abocanhada pela remuneração ao Governo. Também se espera que a remuneração dos acionistas se estabilize na casa dos 7%, pois é um valor apropriado quando comparado os dados da empresa FURNAS com empresas do mesmo porte e atuantes no mesmo setor.

O gráfico 4.1 explora melhor a distribuição do Valor Adicionado.

GRÁFICO 4.1 – FURNAS: PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS



FONTE: Demonstrações Contábeis - FURNAS

Elaboração Própria

Pelo gráfico 4.1 nota-se claramente as oscilações das participações individuais de cada agente econômico no valor adicionado distribuído pela empresa FURNAS. O que mais notório no gráfico é a flutuação do ano de 2008 para 2009, onde o Governo perdeu grande percentual para o endividamento com terceiros – tudo isso aliado aos lucros consumidos e a negativa quanto a remuneração dos acionistas.

4.2.3 Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG

Criada em 1952 com a construção de usina de Três Marias a CEMIG tornou-se em 1985 em Companhia Energética devido ao aumento do portfólio de usinas da empresa. É reconhecida como uma empresa Socialmente Responsável e exemplo de Sustentabilidade.

A CEMIG é uma empresa do setor de energia que tem por escopo as áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica atuando também com gás natural e transmissão de dados. O grupo CEMIG é extenso sendo composto por 49

empresas e 10 consórcios, é controlado por uma *holding*, possuindo investimentos em vários Estados brasileiros e no Chile.

É uma empresa mista de capital aberto controlado pelo Governo de Minas Gerais. Reconhecida como um dos maiores grupos empresariais do setor energético brasileiro detendo cerca de 12% do mercado nacional, e também como uma das maiores geradoras de energia do País possuindo mais de 64 usinas hidrelétricas, térmicas e eólicas.

A empresa listada no Portal da Revista Exame é a CEMIG Distribuição S.A. – subsidiária da CEMIG - por se ter como pressuposto que as ações de distribuição de Renda por parte da *holding* seja o mesmo para todas as subsidiárias, o estudo da DVA será analisado no critério Consolidado.

A Demonstração do Valor Adicionado da CEMIG pode ser visualizada abaixo:

TABELA 4.2 – DVA CEMIG – 2004 A 2009

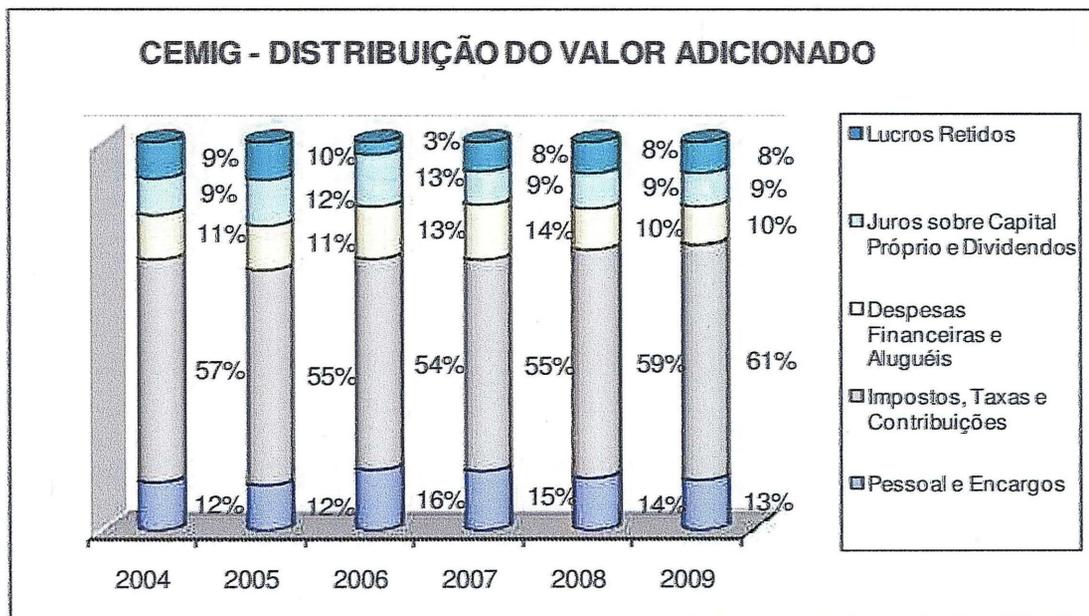
COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS										
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - CONSOLIDADO (EM MILHARES DE REAIS)										
	2004		2005		2006		2007		2008	2009
Receitas										
Receita Operacional	9.748.018		11.702.613		13.431.731		15.769.531		16.487.841	17.442.491
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(62.959)		(54.859)		(128.618)		(143.190)		(115.669)	(123.514)
Resultado não Operacional	74.345		(52.415)		(36.795)		(10.356)		-	-
	<u>9.759.404</u>		<u>11.595.339</u>		<u>13.266.318</u>		<u>15.635.965</u>		<u>16.372.172</u>	<u>17.318.977</u>
Insumos adquiridos de terceiros										
Energia elétrica comprada para revenda	(1.372.752)		(1.454.930)		(2.112.673)		(2.793.722)		(2.959.745)	(3.706.021)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(538.386)		(640.733)		(663.851)		(649.737)		(724.408)	(831.477)
Serviços de Terceiros	(333.508)		(422.600)		(503.993)		(619.665)		(675.820)	(821.760)
Gás Comprado para Revenda	(259.795)		(155.948)		(157.732)		(154.241)		(228.764)	(166.810)
Materiais	(82.961)		(95.061)		(118.784)		(152.504)		(174.554)	(111.541)
Outros Custos Operacionais	(367.168)		(740.870)		(99.553)		(368.664)		(328.621)	(197.951)
Valor Adicionado Bruto	<u>6.804.834</u>		<u>8.085.197</u>		<u>9.609.732</u>		<u>10.897.452</u>		<u>11.280.260</u>	<u>11.483.417</u>
Retenções										
Depreciação e amortização	(583.652)		(594.598)		(672.257)		(778.144)		(715.045)	(735.714)
Valor Adicionado Líquido	<u>6.221.182</u>		<u>7.490.599</u>		<u>8.937.475</u>		<u>10.119.308</u>		<u>10.565.215</u>	<u>10.747.703</u>
Valor Adicionado recebido em transferência										
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		-		-		-	-
Receitas Financeiras	1.133.291		1.798.731		1.464.002		1.350.891		1.138.701	923.110
Valor Adicionado a Distribuir	<u>7.354.473</u>		<u>9.289.330</u>		<u>10.401.477</u>		<u>11.470.199</u>		<u>11.703.916</u>	<u>11.670.813</u>
Distribuição do valor adicionado										
Pessoal e Encargos	919.277	12%	1.087.069	12%	1.625.353	16%	1.754.910	15%	1.582.124	14%
Impostos, Taxas e Contribuições	4.220.469	57%	5.148.250	55%	5.658.967	54%	6.254.922	55%	6.891.697	59%
Despesas Financeiras e Aluguéis	831.784	11%	1.051.308	11%	1.391.526	13%	1.609.438	14%	1.223.790	10%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	690.542	9%	1.096.253	12%	1.388.571	13%	983.205	9%	1.062.788	9%
Lucros Retidos	692.401	9%	906.450	10%	337.060	3%	867.724	8%	943.517	8%
Valor Adicionado Distribuído	<u>7.354.473</u>	<u>100%</u>	<u>9.289.330</u>	<u>100%</u>	<u>10.401.477</u>	<u>100%</u>	<u>11.470.199</u>	<u>100%</u>	<u>11.703.916</u>	<u>100%</u>

FONTE: Demonstrações Contábeis - CEMIG (com adaptações)
Elaboração Própria.

Os resultados da DVA da CEMIG apresentaram dados mais saudáveis e consistentes. O valor adicionado à distribuir manteve-se no patamar médio de 14% condizente com a distribuição da PETROBRAS, o Governo garantiu sua participação com participação entre 55% a 61%, a dívida com terceiros se manteve estabilizada na casa dos 10%. Já os acionistas tiveram a possibilidade de reconhecer na CEMIG uma empresa responsável e que os remunera regularmente na casa dos 10%. A conta lucros retidos foi a que apresentou maior flutuação chegando a 3% no ano de 2006 voltando ao patamar de 8% que é muito próximo ao do início do período analisado.

O gráfico abaixo mostra o caminho tranqüilo, sem grandes variações dos valores distribuídos, que concedem a CEMIG credibilidade e reconhecimento da sua marca.

GRÁFICO 4.2 – CEMIG: PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS



FONTE: Demonstrações Contábeis - CEMIG

Elaboração Própria

O gráfico 4.2 revela certa padronização na divisão do valor adicionado pela CEMIG, não há grandes oscilações ou discrepância de valores. Nota-se que todas as contas mantiveram sua participação no valor adicionado, cabendo ressaltar a grande participação do governo no período analisado. A análise do gráfico também

revela o fato de que quando existem flutuações tanto para mais quanto para menos na participação do governo, sua contrapartida é sentida nas contas “Pessoal e Encargos” ou “Juros sobre Capital Próprio e Dividendos”.

4.2.4 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF

Criada através do Decreto Lei nº 8.031/1945 é uma sociedade anônima de capital fechado que atua na geração, comercialização e transmissão de energia elétrica de alta tensão. Foi criada durante o governo de Getúlio Vargas e com a reestruturação do setor elétrico na década de 1960 tornou-se subsidiária da Eletrobras vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sua atuação geográfica engloba a Região Nordeste do Brasil atendendo os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. A Eletrobras Chesf opera dez usinas hidrelétricas e uma usina termelétrica.

Em 2009 o capital social da CHESF se aproximava de R\$ 4.539,6 milhões divididos em ações ordinárias (97% do total) e preferenciais (3% do total). Do total das ações 99,45% pertencem à Eletrobras, 0.46% ao Ministério da Fazenda, 0.02% à Empresa Light, 0.01% ao FINOR e 0.06% a outros acionistas minoritários.

A Empresa conta com um sistema de Governança Corporativa que tenda colocá-la como líder no setor, possui um código de ética bem desenvolvido bem como um sistema de controles internos e Auditoria com vistas a dar maior credibilidade aos seus relatórios.

Dada a sua localização estratégica a CHESF realiza a permuta de energia com os Sistemas Norte, Sul e Sudeste / Centro Oeste integrando o Sistema Interligado Nacional – SIN.

Os dados da Demonstração do Valor Adicionado da CHESF são revelados na TABELA 4.3:

TABELA 4.3 – DVA CHESF – 2004 A 2009

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO S/A										
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - CONSOLIDADO (EM MILHARES DE REAIS)										
	2004		2005		2006		2007		2008	2009
Geração do valor Adicionado										
Receitas	3.892.190		3.942.286		3.834.970		4.602.745		5.581.318	4.837.602
	<u>3.892.190</u>		<u>3.942.286</u>		<u>3.834.970</u>		<u>4.602.745</u>		<u>5.581.318</u>	<u>4.837.602</u>
Bens e serviços adquiridos de terceiros										
Material	(21.724)		(29.527)		(28.272)		(30.655)		(26.971)	(24.267)
Combustíveis para a produção de energia	(11.884)		(10.504)		(3.173)		(37.020)		(335.281)	(7.242)
Serviços de terceiros	(99.106)		(133.305)		(118.678)		(129.262)		(133.185)	(136.831)
Energia elétrica comprada para revenda	(167.078)		(88.532)		(1.490)		(173)		(43.236)	-
Encargos de uso da rede elétrica	(155.672)		(367.334)		(575.476)		(614.469)		(665.257)	(751.680)
Outros	(50.343)		(50.210)		(30.921)		(182.258)		(23.532)	(150.576)
Valor Adicionado Bruto	<u>3.386.383</u>		<u>3.262.874</u>		<u>3.076.960</u>		<u>3.608.908</u>		<u>4.353.856</u>	<u>3.767.006</u>
Retenções										
Depreciação e amortização	(529.193)		(546.812)		(563.528)		(594.478)		(603.403)	(620.440)
Valor Adicionado Líquido	<u>2.857.190</u>		<u>2.716.062</u>		<u>2.513.432</u>		<u>3.014.430</u>		<u>3.750.453</u>	<u>3.146.566</u>
Valor Adicionado transferidos										
Receitas Financeiras	261.328		245.627		172.588		153.696		179.723	191.528
Valor Adicionado a Distribuir	<u>3.118.518</u>		<u>2.961.689</u>		<u>2.686.020</u>		<u>3.168.126</u>		<u>3.930.176</u>	<u>3.338.094</u>
Distribuição do valor adicionado										
Pessoal	345.651	11%	363.569	12%	372.863	14%	461.851	15%	532.342	14%
Governo	1.048.234	34%	1.183.759	40%	1.123.648	42%	1.396.429	44%	1.297.979	39%
Financiadores	887.850	28%	667.956	23%	732.159	27%	637.216	20%	662.564	17%
Acionistas	254.167	8%	350.000	12%	240.000	9%	240.000	8%	544.875	14%
Lucros retidos	582.616	19%	396.405	13%	217.350	8%	412.630	13%	892.416	23%
TOTAL	<u>3.118.518</u>	<u>100%</u>	<u>2.961.689</u>	<u>100%</u>	<u>2.686.020</u>	<u>100%</u>	<u>3.168.126</u>	<u>100%</u>	<u>3.930.176</u>	<u>100%</u>

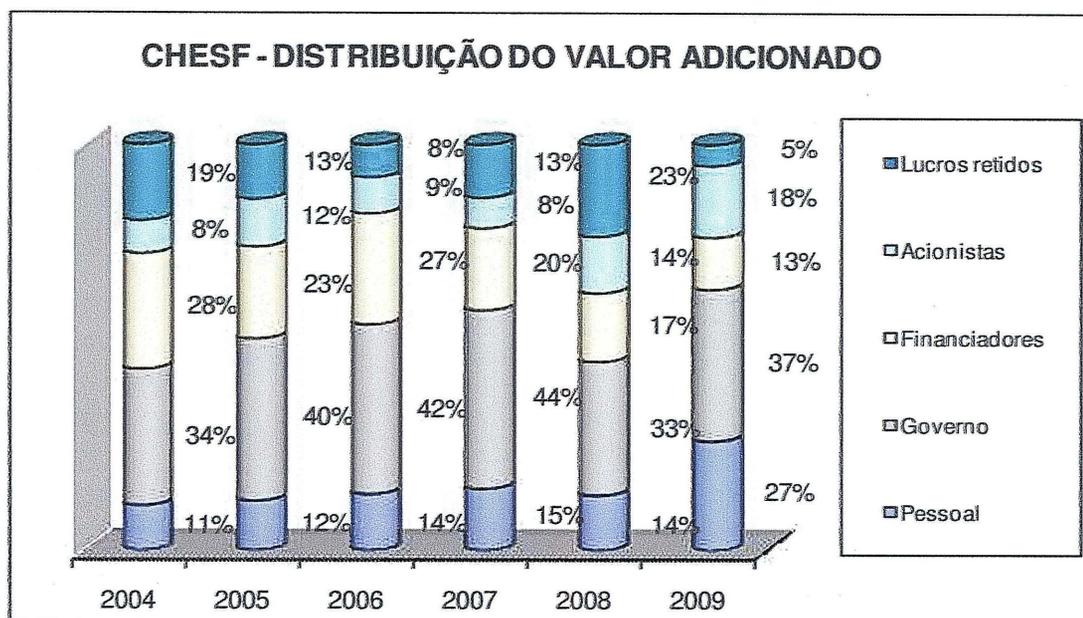
FONTE: Demonstrações Contábeis - CHESF (com adaptações)

Elaboração Própria.

A Empresa CHESF apresentou modesto crescimento do Valor Adicionado à Distribuir crescendo somente cerca de 7% de 2004 à 2009. Porém a participação do fator trabalho na distribuição do valor adicionado foi crescente, mais do que dobrando no período, sendo mais sensível no último ano em que com a diminuição dos lucros retidos e da participação de financiadores externos possibilitou-se o aumento de treze p.p. de 2008 para 2009 para os trabalhadores.

O governo manteve sua participação em média de 38%, os financiadores externos experimentaram uma decréscima participação no período chegando à 2009 com apenas 13% frente os 28% iniciais. Os acionistas tiveram aumentos consideráveis saindo dos 8% chegando a 18% no final do período. Os lucros retidos tiveram comportamento instável no período.

GRÁFICO 4.3 – CHESF: PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS



FONTE: Demonstrações Contábeis - CHESF

Elaboração Própria

O gráfico da CHESF revela que os trabalhadores garantiram crescente participação ao longo dos anos enquanto os outros agentes que no começo do período tinham grande relevância deixaram de tê-la. Este comentário pode ser comprovado quando se analisa a participação dos financiadores externos ou os lucros retidos. Os acionistas como já comentado anteriormente tiveram considerável participação no Valor Adicionado.

4.2.5 Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE

É uma sociedade anônima de economia mista e subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Foi criada em 1973, possui sede no Distrito Federal, gera e fornece energia elétrica aos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Possui quatro hidrelétricas entre elas a usina de Tucuruí a maior usina genuinamente brasileira e a quarta maior do mundo.

A Eletrobras Eletronorte encontra vários desafios, em parte tais desafios são oriundos de sua atuação na Amazônia, encontra a peculiaridade da preservação da

natureza da região e o comprometimento com a qualidade de vida da população local, sobretudo com as comunidades indígenas que são diretamente impactadas pela expansão/operação da empresa. Devido a superação dos seus desafios na Amazônia a Eletronorte tem conquistado o reconhecimento para com o desenvolvimento regional.

A Demonstração do Valor Adicionado da Eletronorte encontra-se logo abaixo:

TABELA 4.4 – DVA ELETRONORTE – 2004 A 2009

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE												
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - CONSOLIDADO (EM MILHARES DE REAIS)												
	2004		2005		2006		2007		2008	2009		
1. Geração do valor Adicionado												
Receitas de vendas de energia e serviços	3.269.185		3.654.119		4.835.284		5.755.535		4.537.167	4.189.121		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(61.511)		(339.299)		(193.245)		(328.208)		(659.406)	(266.938)		
	<u>3.207.674</u>		<u>3.314.820</u>		<u>4.642.039</u>		<u>5.427.327</u>		<u>3.927.761</u>	<u>3.902.183</u>		
2. Insumos Adquiridos de Terceiros												
Custo da energia elétrica comprada	(555.053)		(498.850)		(827.944)		(1.044.344)		(332.327)	(239.978)		
Serviços de terceiros	(205.286)		(241.331)		(280.149)		(278.765)		(173.181)	(207.895)		
Material	(42.620)		(69.200)		(91.749)		(44.419)		(52.930)	(77.327)		
Combustível para produção de energia elétrica	(291.653)		(305.972)		(245.543)		(239.937)		(117.026)	(69.318)		
Encargos do uso do sistema de transmissão	(179.633)		(251.963)		(398.136)		(430.558)		(466.255)	(520.282)		
Taxa de fiscalização da ANEEL	(7.103)		(9.443)		-		-		-	-		
Seguros	(8.821)		(16.998)		(16.544)		(19.180)		(23.610)	(21.946)		
Doações e contribuições	(16.299)		(17.708)		(15.286)		(11.171)		-	-		
Outros	(98.738)		(46.084)		(65.726)		(478.907)		(29.057)	(11.673)		
3. Valor Adicionado Bruto	<u>1.802.468</u>		<u>1.857.251</u>		<u>2.680.962</u>		<u>2.880.045</u>		<u>2.733.365</u>	<u>2.753.763</u>		
4. Retenções												
Depreciação e amortização	(564.752)		(581.323)		(604.040)		(624.163)		(631.883)	(618.467)		
Constituição de Provisões para contingências	(618.666)		(24.164)		(125.455)		(71.755)		(769.642)	748.037		
5. Valor Adicionado Líquido	<u>619.050</u>		<u>1.251.764</u>		<u>1.951.467</u>		<u>2.184.127</u>		<u>1.331.840</u>	<u>2.883.333</u>		
6. Valor Adicionado Transferidos												
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		-		-		(488.640)	(31.323)		
Receitas Financeiras	180.665		319.090		322.143		305.802		299.653	265.065		
7. Valor Adicionado a Distribuir	<u>799.735</u>		<u>1.570.854</u>		<u>2.273.610</u>		<u>2.489.929</u>		<u>1.162.853</u>	<u>3.117.095</u>		
8. Distribuição do valor adicionado												
Remuneração do Trabalho	274.428	34%	347.588	22%	486.141	21%	621.150	25%	651.298	56%	683.368	22%
Governo (impostos e contribuições)	560.923	70%	715.467	46%	1.316.235	58%	1.410.201	57%	1.079.483	93%	1.105.748	36%
Financiadores	937.453	117%	708.324	45%	820.316	36%	1.000.893	40%	1.856.630	160%	1.024.038	33%
Acionistas	82.365	10%	123.166	8%	-	0%	-	0%	-	0%	288.744	9%
Lucros retidos	(1.055.434)	-132%	(323.691)	-21%	(349.082)	-15%	(542.315)	-22%	(2.424.558)	-209%	15.197	0,5%
TOTAL	<u>799.735</u>	<u>100%</u>	<u>1.570.854</u>	<u>100%</u>	<u>2.273.610</u>	<u>100%</u>	<u>2.489.929</u>	<u>100%</u>	<u>1.162.853</u>	<u>100%</u>	<u>3.117.095</u>	<u>100%</u>

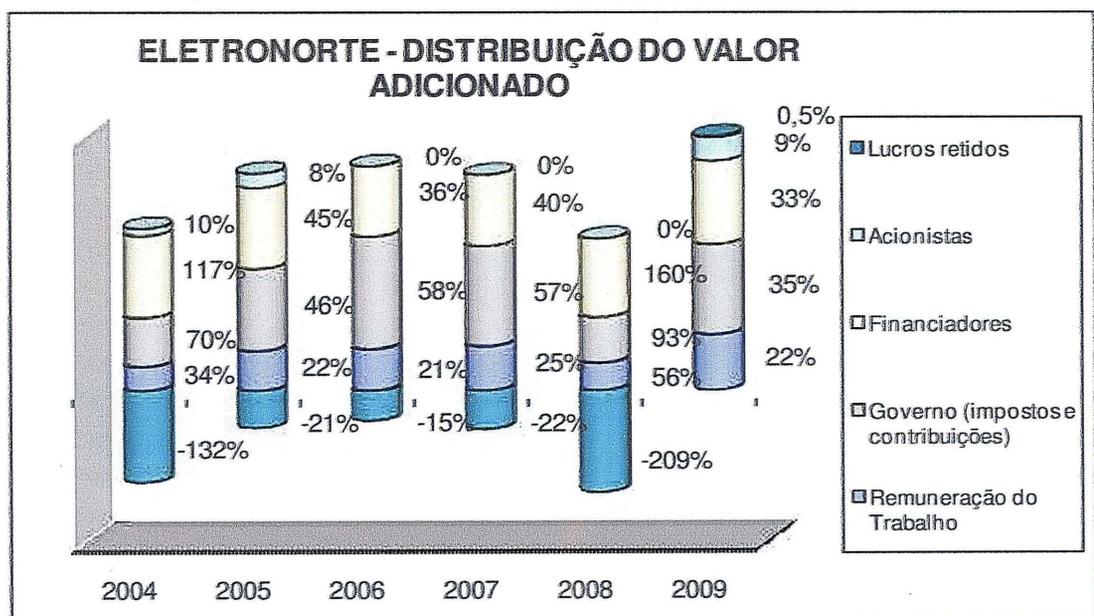
FONTE: Demonstrações Contábeis - ELETRONORTE (com adaptações)
Elaboração Própria.

Os dados da Distribuição do Valor Adicionado da ELETRONORTE foram as que apresentaram maiores discrepâncias e sua análise deve ser feita com maior cuidado para que não conduza a resultados equivocados.

Primeiramente cabe denotar que o montante do valor adicionado à distribuir aumentou 211% de 2004 para 2007 porém o consumo dos lucros acumulados foi a regra no período o que nos revela que a distribuição generosa dos valores ao fator trabalho não poderia ser sustentada por muito tempo. Cabe lembrar também que existiu no período o aumento expressivo dos valores destinados ao governo e aos financiadores externos. O impacto deste movimento foi sentido no ano de 2008 em que a empresa retroagiu a níveis anteriores a 2005, teve queda de 53% no valor adicionado à distribuir e um grande aumento da queima de reservas de lucros. A empresa conseguiu se recuperar no ano de 2009, que apesar do grande endividamento com os financiadores externos 33%, apresentou condizentes valores divididos entre os agentes econômicos e voltando a remunerar os acionistas o que não acontecia desde de 2005.

Os dados da DVA da ELETRONORTE mostram que quando existe a queima de recursos oriundos de outros períodos “lucros retidos” a análise percentual fica comprometida, pois os valores conquistados por determinados agentes econômicos foram fruto de ajustes contábeis entre os períodos devido ao acúmulo de capital, o que pode ser facilmente percebido no ano de 2008. Esta questão pode ser melhor visualizada pelo gráfico abaixo:

GRÁFICO 4.4 – ELETRONORTE: PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES



FONTE: Demonstrações Contábeis - ELETRONORTE
Elaboração Própria

O gráfico 4.4 expõe melhor os valores obtidos através da DVA da ELETRONORTE. Denota-se que o consumo de recursos oriundos de anos anteriores foram utilizados em todos os anos, com exceção de 2009, porém pela própria confrontação gráfica pode-se vislumbrar que as participações que tiveram maior diferença comparada ao primeiro ano foram o fator trabalho e os valores destinados ao governo que aumentaram no período e também a participação dos acionistas que foi para 9% em contrapartida ao período de nulidade anterior.

4.2.6 Companhia Paranaense de Energia – COPEL

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica foi criada em 1954 pelo Decreto nº 14.947 pelo então Governador do Estado do Paraná Bento Munhoz da Rocha Netto, com o objetivo de construir um sistema elétrico no Paraná que praticamente era inexistente na época. A partir de 1979 passou a denominar-se apenas Companhia Paranaense de Energia - COPEL. É uma sociedade anônima de economia mista que possui como controlador o Governo do Estado do Paraná, a empresa tem por escopo a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica - atuando também na área de telecomunicações. A COPEL responde por aproximadamente 7% de toda a produção consumida no Brasil.

A empresa possui um sistema de Transmissão formado por mais de 1.900 km de linhas e 31 subestações de energia automatizadas e telecomandadas. A Geração possui dezoito usinas (dezessete hidrelétricas) com alto nível de automação, algumas delas comandadas a distância (dezesseis usinas) não possuindo operadores. Quanto a Distribuição é formada por mais de 181.000 km de linhas e 351 subestações automatizadas. Atua no setor de telecomunicações desde 1998 e está presente em 233 cidades com mais de 10.500 km de cabos ópticos. Também opera na Distribuição de gás através de sua Controlada Compagás atendendo a sete municípios do Paraná.

A COPEL possui grandes investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento de projetos em energias renováveis (eólica, biodiesel, biodigestores, biomassa para fins energéticos, carros elétricos, entre outros). É reconhecida por atuar com tecnologia de ponta nas suas áreas de atuação. A seguir será apresentado a DVA da COPEL:

TABELA 4.5 – DVA COPEL – 2004 A 2009

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL										
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - CONSOLIDADO (EM MILHARES DE REAIS)										
	2004		2005		2006		2007		2008	2009
Geração do valor Adicionado										
Receitas										
Vendas de energia, serviços e outras receitas	4.889.940		5.505.764		5.655.322		5.929.575		6.264.057	6.702.849
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(65.418)		(21.807)		(46.461)		(6.019)		(10.288)	(15.971)
Resultado não operacional	(6.291)		(10.494)		(6.201)		(11.469)		(6.942)	(14.715)
	4.818.231		5.473.463		5.602.660		5.912.087		6.246.827	6.672.163
Insumos adquiridos de terceiros										
Energia elétrica comprada para revenda	(1.589.304)		(1.723.028)		(1.545.607)		(1.567.291)		(1.931.223)	(2.128.382)
Encargos de uso da rede elétrica e transporte	(489.597)		(655.766)		(620.871)		(582.096)		(342.429)	(432.016)
Material, insumo e serviços de terceiros	(195.010)		(201.156)		(226.698)		(233.378)		(258.651)	(313.033)
Encargos de capacidade emergencial	(137.243)		(82.404)		(1.011)		(92)		(67)	(31)
Outros insumos	(118.173)		(38.509)		(60.084)		(17.923)		(65.994)	(122.055)
	2.288.904		2.772.600		3.148.389		3.511.307		3.648.463	3.676.646
Retenções										
Depreciação e amortização	(142.275)		(152.287)		(157.853)		(171.380)		(176.081)	(165.185)
	2.146.629		2.620.313		2.990.536		3.339.927		3.472.382	3.511.461
Valor Adicionado Líquido										
Valor Adicionado transferidos										
Receitas Financeiras	357.466		241.787		299.514		274.033		300.551	230.972
	2.504.115		2.862.100		3.290.050		3.613.960		3.772.933	3.742.433
Distribuição do valor adicionado										
Pessoal	333.303	13%	363.612	13%	387.124	12%	347.293	10%	406.304	11%
Governo	1.834.148	73%	2.190.310	77%	2.424.935	74%	2.557.975	71%	2.642.556	70%
Financiadores	129.672	5%	121.175	4%	193.312	6%	127.232	4%	179.699	5%
Acionistas	-	0%	-	0%	117.823	4%	171.585	5%	166.000	4%
Lucros retidos	206.992	8%	187.003	7%	166.856	5%	409.865	11%	378.374	10%
TOTAL	2.504.115	100%	2.862.100	100%	3.290.050	100%	3.613.960	100%	3.772.933	100%

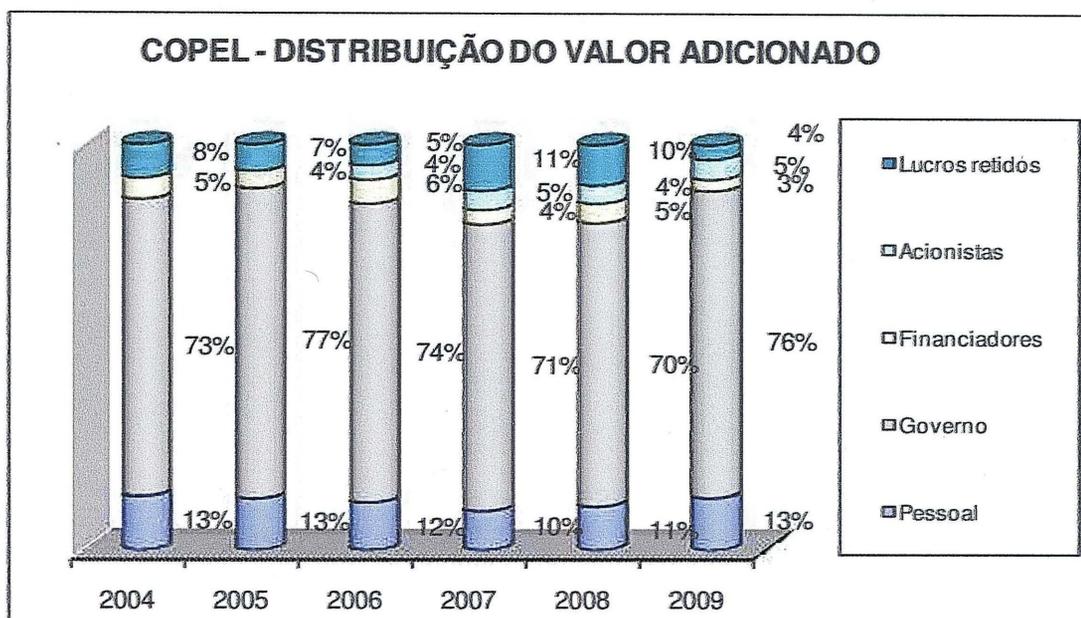
FONTE: Demonstrações Contábeis - COPEL (com adaptações)

Elaboração Própria.

A DVA da COPEL assim como de suas companheiras do setor energético PETROBRAS e CEMIG, apresenta dados consistentes e que evoluem com bases sólidas revelando um comportamento atrativo quando se refere a participação dos empregados, governo e acionistas na divisão do valor adicionado.

A DVA apresenta alta participação do governo, a maior entre todas as empresas analisadas, chegando ao final de 2009 com 76% do valor adicionado sendo direcionado para o Governo sendo a maior parte para o governo do Estado do Paraná. Os empregados tiveram participação constante ao longo do tempo. A empresa apresenta baixíssimo direcionamento de recursos os financiadores externos, cerca de 4.5% os acionistas da COPEL apresentam modesta participação no valor adicionado e os lucros retidos tiveram flutuação considerável no período. O gráfico 4.5 mostrado abaixo, tenda facilitar o entendimento quanto a evolução das parcelas destinadas aos agentes econômicos no período analisado.

GRÁFICO 4.5 – COPEL: PARTICIPAÇÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS



FONTE: Demonstrações Contábeis - COPEL

Elaboração Própria

No gráfico 4.5 fica bem explícito a participação do Estado da Distribuição do Valor Adicionado abocanhando a maior parte dos recursos adicionados, começou no ano de 2004 com 73% chegando a 77% em 2005 caindo nos anos posteriores até 2008 quando alcançou a marca de 70%, no ano seguinte recuperou a parcela que havia perdido fechando o ano com a participação de 76% frente ao valor adicionado. O fator trabalho apesar de alguma flutuação fechou o período sem no mesmo patamar inicial de 13%.

4.3 UMA BREVE ANÁLISE CONJUNTA

Neste tópico será comparado os valores totais adicionados pelas empresas analisadas, para se ter idéia do tamanho da contribuição destas para com o valor adicionado.

Para auxiliar neste entendimento foi elaborada a Tabela 4.6:

TABELA 4.6 – DVA's: DADOS AGREGADOS

FONTE: DVA's das Empresas

EMPRESA	VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (em R\$ milhares)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PETROBRAS	95.404.527	115.309.760	120.694.637	120.138.295	141.483.416	138.691.109
FURNAS	1.941.682	2.351.034	2.111.140	2.342.559	2.653.327	2.259.727
CEMIG	7.354.473	9.289.330	10.401.477	11.470.199	11.703.916	11.670.813
CHESF	3.118.518	2.961.689	2.686.020	3.168.126	3.930.176	3.338.094
ELETRONORTE	799.735	1.570.854	2.273.610	2.489.929	1.162.853	3.117.095
COPEL	2.504.115	2.862.100	3.290.050	3.613.960	3.772.933	3.742.433
TOTAL	111.123.050	134.344.767	141.456.934	143.223.068	164.706.621	162.819.271

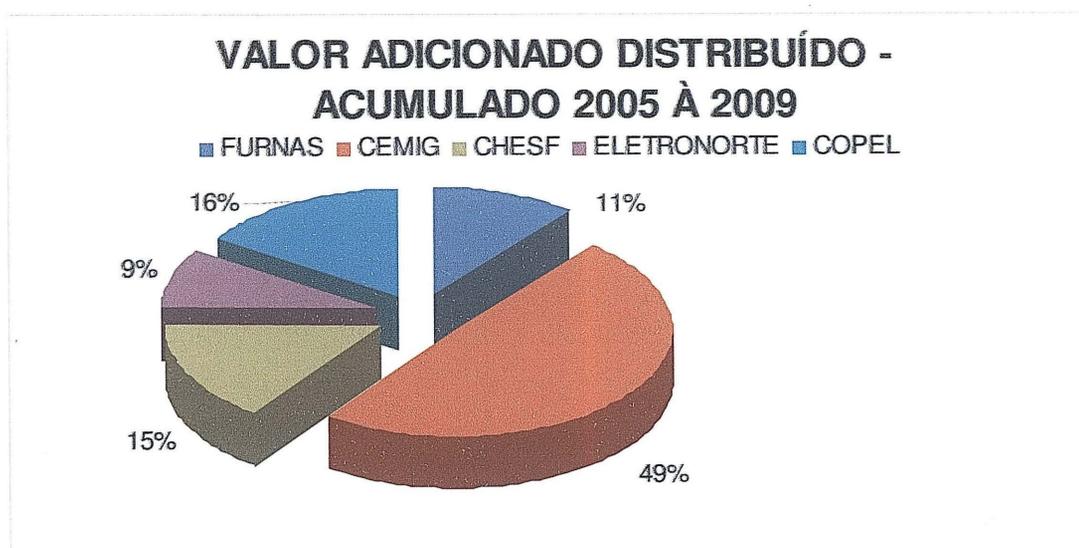
Elaboração Própria

As seis empresas juntas representam cerca de R\$ 111,1 bilhões do valor adicionado no Brasil e pela tabela acima se pode notar o tamanho da participação da PETROBRAS no valor adicionado deste conjunto sendo algo em torno de 85% no acumulado dos 6 anos.

Como a Petrobras é uma empresa que tem por escopo a obtenção de energia em sua maior parte fruto da exploração petrolífera e considerando a escala de tais explorações, para proceder a análise quantitativa da participação das empresas retirou-se a Empresa Petrobras, pois seu porte é muito maior comparado as empresas congêneres que exploram a Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica.

Então a participação das 5 empresas congêneres fica distribuída no acumulado do período da seguinte forma:

GRÁFICO 4.6 – ACUMULADO DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO



Elaboração Própria

No gráfico 4.6 nota-se a importância da CEMIG como a que mais contribui para a soma do Valor Adicionado 49% sendo seguida pela COPEL com 16% que por sua vez é acompanhada de perto das empresas CHESF e FURNAS com 15% e 11% respectivamente, mais atrás encontra-se a ELETRONORTE com 9%.

O gráfico procura apenas demonstrar o montante ao final dos 6 anos gerado por estas empresas e quanto que cada uma delas contribuiu para a geração do Valor Adicionado.

De modo simplificado, pode-se notar que todas estas empresas contribuem de maneira decisiva para a geração de renda no setor energético, cada uma de acordo com seu porte e local de atuação consegue alcançar escalas diferenciadas o que possibilitam a redução de custos e conseqüentemente o aumento do valor adicionado total.

5 CONCLUSÃO

Ao término do presente trabalho consegue-se perceber a importância da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) quando se refere ao estudo da distribuição de Renda.

A caracterização da elaboração da DVA, oriunda de dados contábeis alicerçadas em informações fidedignas, nos revela fatos que antes não eram possíveis nos relatórios contábeis. O conceito de Valor Adicionado aplicado as Ciências Contábeis nos possibilitam perceberem o quanto uma entidade está contribuindo para a geração de Renda dentro da sociedade e como se dá a apropriação desta Renda por parte dos agentes econômicos.

A colaboração deste Relatório pode trazer para o nível microeconômico as discussões a cerca da formação do Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação, por mais que existam diferenças metodológicas de cálculo a DVA possui sua importância, pois possibilita a mensuração deste agregado diminuindo as inferências estatísticas que são inerentes ao cálculo do agregado a nível macroeconômico.

A grande diferença já explorada por alguns autores, é que a ótica Econômica de mensuração da Renda considera que se gera riqueza no momento da produção enquanto que a ótica contábil a reconhece somente no momento da venda dos produtos produzidos. Nesta diferença, a formação de estoques aparece como grande vilão que afasta as óticas contábeis e econômicas de geração de Renda.

Como já lembrado por autores explorados neste trabalho, a DVA é um ótimo instrumento de medição de Renda e não disputa lugar com outros indicadores e sim serve de maneira complementar e a nível microeconômico aparece como melhor alternativa a ser usada.

Desta forma, a DVA se torna um importante ferramental de divulgação de geração e apropriação de Renda pelas organizações, podendo ainda servir de instrumento para sindicatos propor negociações salariais, ao governo para medir sua carga tributária e aos demais usuários da informação contábil quanto a remunerações por investimentos através do mercado de capitais bem como aferir o direcionamento de recursos que são destinados aos financiadores externos da atividade empresarial.

BIBLIOGRAFIA

CEMIG. Disponível em: http://cemig.infoinvest.com.br/static/ptb/relatorios_anuais.asp?idioma=ptb# Acesso em 20/09/2010.

CHESF. Disponível em: <HTTP://www.chesf.com.br> Acesso em 15/10/2010.

COGE. **Balanco Social de Empresa**. Coge SRH: Rio de Janeiro, 2005.

CONSENZA, J. P. **A Eficácia Informativa da Demonstração do Valor Adicionado**. Revista de Contabilidade & Finanças: São Paulo, 2003.

COPEL. Disponível em: <HTTP://www.copel.com> Acesso em 01/10/2010.

CUNHA, J. V. A. da; *et al.* **A Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza**. Revista de Contabilidade & Finanças: São Paulo, 2005.

ELETRONORTE. Disponível em: <HTTP://www.eletronorte.com.br> Acesso em 15/10/2010.

FURNAS. Disponível em: http://www.furnas.com.br/demonstracoes_contabeis.asp Acesso em 15/10/10.

IUDÍCIBUS, S. de; *et al.* **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (Aplicável às demais sociedades)** 7ª Ed. Atlas: São Paulo, 2009.

IUDÍCIBUS, S. de; *et al.* **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (Aplicável às demais sociedades)** Rumo as normas internacionais Suplemento. 7ª Ed. Atlas: São Paulo, 2009.

LOPES, L. M.; *et al.* **Manual de Macroeconomia: Básico e Intermediário.** 2ª Ed. Atlas: São Paulo, 2008.

LUCA, M. M. M. **Demonstração do valor Adicionado:** do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. Atlas: São Paulo, 1998.

MANKIWI, N. G. **Introdução à Economia:** Princípios de Micro e Macroeconomia. 2ª Ed. Campus: Rio de Janeiro, 2001.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social:** Uma Introdução à Macroeconomia. 2ª Ed. Saraiva, 2006.

PETROBRÁS. Disponível em: [HTTP://www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br) Acesso em 30/09/2010.

PORTAL DA REVISTA EXAME. Disponível em: <http://mm.portalexame.abril.com.br/empresas/maiores/1/2009/salarios-e-encargos/-/energia/-/> Acesso em 01/07/2010.

RES. 1138/08 CFC. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2008/001138 Acesso em 23/11/2010.

RES. 1162/09 CFC. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2009/001162 Acesso em 23/11/2010.

ROSSETTI, J. P.; LEHWING, M. L. M. **Contabilidade Social.** 3ª Ed. Atlas: São Paulo, 2003.

SOUZA, N. J. **Economia Básica.** 1ª Ed. Atlas: São Paulo, 2009.

TINOCO, J. E. P; **Balço Social**. Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações. 1ª Ed. Atlas: São Paulo, 2001.